



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

06/02/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Lula avalia isenção do IR neste ano para quem recebe até 2 salários mínimos

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avalia isentar trabalhadores que ganham até dois salários mínimos do pagamento de IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física) ainda em 2023, segundo integrantes da equipe do presidente ouvidos pela Folha.

Hoje, a faixa de isenção contempla a remuneração de até R\$ 1.903,98 mensais. Com a mudança, ficariam livres do imposto aqueles que recebem até R\$ 2.640 — caso seja confirmado um novo aumento do salário mínimo para R\$ 1.320 a partir de 1º de maio.

Pelo menos duas formas de isenção estão em análise pelo Ministério da Fazenda. Uma delas é a simples correção da tabela, ampliando a faixa de isenção para o valor almejado pelo governo.

Essa via, porém, tem custo mais elevado, uma vez que a medida alcançaria todos os trabalhadores, independentemente da remuneração. Como o imposto incide sobre cada faixa de renda do contribuinte, quem ganha acima de dois salários mínimos também teria algum alívio no bolso.

A segunda opção é mais complexa, mas reduz a renúncia de recursos. Segundo interlocutores, é possível focar a isenção nos trabalhadores que efetivamente ganham até dois salários mínimos, mantendo a tabela atual.

Isso seria feito na declaração de ajuste, apresentada anualmente pelos contribuintes à Receita Federal. Dessa forma, o trabalhador teria descontado o IR na fonte todos os meses, como ocorre atualmente, mas receberia a restituição de todo o imposto pago após a declaração, feita no ano seguinte.

Além da economia de recursos, essa via tem a vantagem de não afetar o teto de gastos, regra fiscal que limita o crescimento das despesas e ainda está em vigor. As restituições do IRPF não ficam ao alcance do limite de gastos, ao contrário do que ocorreria com algum tipo de transferência de renda nos moldes do Bolsa Família.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 04 de fevereiro.

Equipe econômica admite reajustar salário mínimo a R\$ 1.320 e vê custo de até R\$ 5,6 bi

O Ministério da Fazenda passou a admitir a possibilidade de um reajuste adicional no salário mínimo ainda em 2023, elevando o piso nacional de R\$ 1.302 a R\$ 1.320 a partir de 1º de maio — data simbólica por ser Dia do Trabalho.

Segundo fontes do governo ouvidas pela Folha, o custo da medida pode chegar a R\$ 5,6 bilhões em um cenário com maior número de concessões de aposentadorias no ano. Caso esse volume seja menor, o impacto pode ficar mais suave, em torno de R\$ 3 bilhões.

O valor é menor que os R\$ 7,7 bilhões calculados inicialmente porque o aumento seria aplicado apenas em oito meses do ano, além do 13º. Isso ajuda a reduzir o impacto.

Cerca de dois terços dos benefícios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) equivalem a um salário mínimo, daí os efeitos da medida sobre a despesa do governo.

O custo adicional precisará ser acomodado dentro do teto de gastos, que limita o avanço das despesas à inflação. Embora o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretenda mudar as regras que balizam os gastos públicos, incluindo o teto, ele ainda está em vigor e precisa ser respeitado pela atual gestão.

O time econômico preferia manter o salário mínimo nos atuais R\$ 1.302, fixados ainda no governo Jair Bolsonaro (PL), para evitar maior impacto sobre as contas no momento em que a equipe busca melhorar a situação fiscal do país. O principal argumento dessa ala é que o valor, em vigor desde 1º de janeiro, já representa um aumento real em relação ao ano passado.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 04 de fevereiro.

Governo avalia tirar trava para PPPs em contratos de saneamento de estatais

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avalia ampliar a presença de parcerias público-privadas (PPPs) em contratos de saneamento. A ideia é alterar a trava criada pelo governo Jair Bolsonaro (PL), que estabeleceu um limite de 25% do valor do contrato de estatais para fechar parcerias com o setor privado em modelo PPP.

Ou seja, a parceria não pode ultrapassar 25% do valor dos contratos de concessão no setor.

"Avançamos na conversa sobre a retirada do limite de 25% sobre o PPP. Nisso, empresas públicas e privadas são convergentes. E isso poderia ser por decreto, sem alterar o marco do saneamento. O que houve foi uma trava por decreto do governo passado, que a gente já entendia que não era necessário", disse Percy Soares, diretor-executivo da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon).

A regra consta em um dos decretos de regulação a partir do marco do saneamento, aprovado em 2021. O governo Lula agora planeja publicar um decreto com mudanças —sendo a alteração da trava consenso entre entidades públicas e privadas do setor que participam de conversas com o Palácio do Planalto.

Integrantes da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe) e Abcon tiveram reunião na Casa Civil, com a presença do ministro Rui Costa e da secretária-executiva, Miriam Belchior.

A Aesbe defendeu que alguns contratos de programa (firmados diretamente entre municípios e companhias estaduais de água e esgoto, sem licitação) sejam prorrogados. Um dos argumentos é que a extensão de prazos é necessária em alguns casos por ter havido a inclusão de obrigações e metas.

O marco legal do saneamento, sancionado em 2020, definiu 2033 como meta para a sua universalização —ou seja, fornecer água para 99% da população e coleta e tratamento de esgoto para 90%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 05 de fevereiro.

Doenças psíquicas incapacitam trabalhadores e podem garantir indenização e aposentadoria do INSS

Ansiedade, depressão, síndrome do pânico, síndrome de Burnout e estresse. Essas são algumas das principais doenças psiquiátricas desenvolvidas no ambiente de trabalho e que são responsáveis pelo afastamento de milhares de trabalhadores de suas atividades todo ano no país. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a ansiedade afeta 18,6 milhões de brasileiros e os transtornos mentais são responsáveis por mais de um terço do número de pessoas incapacitadas nas Américas. No mundo, são mais de 300 milhões de pessoas sofrem de depressão.

Os especialistas destacam que é essencial que as empresas realizem ações e aloquem recursos materiais, humanos e gerenciais para prevenir que seus funcionários adoçam psicologicamente. "No Brasil, existe a tutela do meio ambiente de trabalho, o qual propicia os cuidados com a Saúde e Segurança no Trabalho, abrangendo também, no que diz respeito à saúde, o tópico de saúde mental. Quando há um número significativo de funcionários da empresa com adoecimento de fundo emocional a empresa poderá sofrer aumento da sua carga tributária, a partir da reclassificação de sua nota no FAP – Fator Acidentário de Prevenção, caso os funcionários consigam obter a concessão de benefícios previdenciários", pontua Marco Serau Junior.

Saiba mais em: A Tribuna, segunda-feira 06 de fevereiro.

Preço da gasolina sobe 3% nos postos com repasse de reajuste da Petrobras

O preço médio da gasolina nos postos brasileiros subiu 3% nesta semana e chegou a R\$ 5,12 por litro, segundo a pesquisa da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis).

Com a alta, o produto volta a ficar acima de R\$ 5 após duas semanas. O aumento reflete repasses do reajuste de 7,4% anunciado pela Petrobras em suas refinarias no dia 24 de janeiro.

Na semana passada, a pesquisa da ANP não conseguiu captar os repasses, já que a coleta dos dados é feita nos primeiros dias da semana —o reajuste entrou em vigor numa quarta-feira, dia 25.

A ANP detectou a gasolina mais cara do país em Itatiba (SP), a R\$ 8,19 por litro. A mais barata foi encontrada em Lorena (SP), a R\$ 4,12 por litro.

O aumento cria uma dificuldade para o governo, que precisa definir ainda em fevereiro se retoma a cobrança de impostos federais sobre o produto.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 04 de fevereiro.